



ID: 115684502

17-02-2025

A cada crise, a tentação do federalismo europeu



Ricardo Paes Mamede

Se a UE quer ter um papel relevante no futuro, terá de olhar para as suas especificidades não como um entrave, mas como um recurso estratégico

A cimeira da inteligência artificial (IA), realizada há dias em Paris, pretendia ser um misto de convenção mundial sobre as potencialidade e riscos da IA, e uma montra para afirmação da França como pretendente a um lugar de destaque nas tecnologias que estão a transformar o mundo. Mas os objectivos da cimeira foram ensombrados pelas críticas dos líderes das grandes empresas tecnológicas às regulações europeias e pela reafirmação da indisponibilidade da administração Trump para qualquer acordo que ponha em causa os interesses soberanos dos EUA. A par de reflexões importantes sobre o presente e o futuro da IA, o que fica desta cimeira é, mais uma vez, a inquietação europeia perante um mundo em mudança acelerada.

O advento da IA generativa é apenas um dos exemplos mais evidentes desta aceleração, simbolizando a escala e a profundidade das mudanças em curso. A disseminação da IA está a transformar a organização das empresas e os modelos de negócio, a aumentar a dependência de infra-estruturas tecnológicas críticas e a reforçar o poder das grandes empresas que controlam os algoritmos e os dados. Os impactos são transversais: da automação do trabalho ao risco de manipulação da informação, das novas dinâmicas de competição global à corrida pelo acesso a matérias-primas essenciais.

Mas a revolução da IA não é caso isolado: soma-se às tensões geopolíticas já existentes entre os EUA, a UE e a China, que disputam a supremacia tecnológica e industrial em sectores como os semicondutores, as redes 5G e 6G, a computação quântica, a biotecnologia ou a indústria aeroespacial.

Nas capitais europeias mais poderosas olha-se para estas transformações com ansiedade. A razão é simples: os grandes avanços tecnológicos continuam a ocorrer, de forma esmagadora, nos EUA e na China. As empresas-líder, os principais centros de investigação, os recursos estratégicos que sustentam esta nova economia - tudo se concentra fora do continente europeu. Em Bruxelas, Berlim e Paris pergunta-se como conseguirão as grandes empresas e nações

europeias manter-se relevantes neste contexto.

A inquietação está reflectida na sucessão de relatórios e estudos encomendados pelas instituições da UE nos últimos anos. O relatório Letta sobre o futuro do mercado único, o relatório Draghi sobre a competitividade da Europa ou o relatório Heitor sobre a ciência apontam todos no mesmo sentido: a Europa enfrenta fragilidades estruturais no domínio da inovação, da tecnologia e da competitividade.

Já em 2025, a Comissão Europeia anunciou a sua “bússola da competitividade” europeia, um plano de acção que visa transformar os diagnósticos feitos nos relatórios referidos em medidas específicas, supostamente capazes de transformar a UE numa potência económica e tecnológica à escala global. As soluções apresentadas passam quase sempre por mais alinhamento de políticas, mais harmonização de regras e mais centralização de poderes nas instituições da UE.

Na verdade, nem as inquietações nem as respostas encontradas para os problemas identificados são novas. Nas décadas de 1970 e 1980, a então CEE debatia-se com a perda de competitividade face ao Japão e aos EUA, especialmente nas áreas da electrónica e dos computadores. Nos anos 1990 e 2000, o receio era a hegemonia americana na

internet, nas telecomunicações e na biotecnologia. Nos anos mais recentes, a obsessão da UE centrou-se na perda de competitividade e de autonomia estratégica nas energias renováveis, na mobilidade eléctrica, na IA e nas indústrias do armamento.

O diagnóstico sobre as origens das fraquezas europeias também diverge pouco. Tudo se deve, segundo se diz, a um mercado interno segmentado, a um excesso de regulação e à falta de coordenação política e estratégica. É como se ignorássemos as



A crise da zona euro de 2010-2012 tornou claro o problema de submeter às mesmas regras economias nacionais com características tão distintas



BENOIT TESSIER/REUTERS

transformações profundas que se deram na UE nas últimas décadas: o Acto Único Europeu (1986), o Tratado de Maastricht (1992), a Estratégia e Lisboa (2000), o Tratado de Lisboa (2007) ou a União Bancária (2014), para referir apenas alguns momentos-chave, eliminaram as fronteiras entre os países, harmonizaram regras, unificaram a moeda e a supervisão bancária, e estenderam a influência das instituições comunitárias a quase todas as esferas da governação dos Estados-membros.

Após meio século de transformações institucionais profundas, a resposta que muitos anseiam continua a ser a mesma: ainda maior transferência de poder para Bruxelas. Como se as alterações marginais que ainda se possam introduzir conseguissem fazer o que décadas de integração política, económica e financeira não fizeram.

Entretanto, a pulsão federalizadora continua sem responder às falhas na arquitectura económica da UE, que têm vindo a penalizar a coesão política dentro de cada país europeu e entre Estados. É reconhecido que as regras orçamentais da UE dificultam a resposta às crises económicas e conduzem ao sub-investimento público em todo o continente.

A crise da zona euro de 2010-2012 tornou claro o problema de submeter às mesmas regras economias nacionais com características tão distintas. Sobre aquele viés recessivo, ou a necessidade de reforçar a convergência entre capacidades produtivas de diferentes países e regiões, pouco ou nada nos dizem as soluções agora propostas.

A sua preocupação é alinhar cada vez mais as acções e recursos de cada Estado com as prioridades europeias, identificadas a partir das capitais dos países mais poderosos. Já seria altura de assumirmos que a UE não é nem nunca será o que os EUA ou a China são: nações de enormes dimensões, com populações razoavelmente homogéneas, ligadas pela mesma língua, história e instituições comuns de longa data. A tentativa de competir directamente com aquelas potências, forçando uma unidade política e cultural que não existe, seria a receita para o desastre.

A força da UE não reside na tentativa de replicar modelos que lhe são estruturalmente alheios, mas antes na capacidade de potenciar a diversidade dos seus Estados-membros, promovendo a cooperação onde esta faz sentido e respeitando a autonomia das suas democracias nacionais.

Se a UE quer ter um papel relevante no futuro, terá de olhar para as suas especificidades não como um entrave, mas como um recurso estratégico. O desafio não está em tentar criar um Estado europeu centralizado à imagem dos EUA ou da China, mas sim em encontrar formas inovadoras de cooperação e desenvolvimento que respeitem as diferenças e fortaleçam a competitividade europeia sem sacrificar a soberania democrática dos seus países.

Economista e professor do ISCTE